

**A EMERGÊNCIA DO PAN-AFRICANISMO NOS DISCURSOS E OBRAS DE
MÁRIO PINTO DE ANDRADE E DE AMÍLCAR CABRAL**

WENDEL DAMASCENO OLIVEIRA

Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Ceará)

wendel230@hotmail.com

RESUMO

Esse trabalho possui como objeto de estudo as formulações teóricas do pan-africanismo presentes em algumas obras ou discursos de Mário Pinto de Andrade e Amílcar Cabral, dois intelectuais e duas lideranças políticas, respectivamente, do Movimento Popular de Libertação de Angola e do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde. O objetivo desse trabalho é identificar as principais contribuições teóricas de Andrade e de Cabral na teoria do conhecimento pan-africano e na luta de libertação colonial. Para Navarro (2018, p. 29), o desenvolvimento da pesquisa historiográfica sobre o pan-africanismo, tendo como eixo central a questão da unidade, permite a pesquisa de uma teoria do conhecimento a partir da análise dos conceitos, das estruturas lógicas, das estruturas argumentativas e dos desdobramentos históricos dos movimentos políticos. A metodologia utilizada nesse trabalho segue os parâmetros para a pesquisa documental, utilizando-se de textos e de discursos de Andrade e de Cabral, além do cruzamento de dados pessoais e parte do acervo documental disponibilizados na Fundação Mário Soares.

Palavras-chave: Unidade Africana, Libertação Nacional, Mário Pinto de Andrade, Amílcar Cabral.

INTRODUÇÃO

A emergência do nacionalismo africano no século XX foi um processo histórico que marcou profundamente a luta dos povos africanos por sua libertação do jugo do colonialismo. O sentimento do anticolonialismo e de africanidade suscitou o despertar cultural e político nos mais diversos grupos sociais no continente africano, tendo formas heterogêneas de manifestação como os movimentos “nativistas”, os movimentos religiosos, o “etiopianismo”, o pan-arabismo e o pan-africanismo (OLORUNTIMEHIN, 2010, p. 662).

Em nosso caso, Mário Pinto de Andrade¹ e Amílcar Cabral² faziam parte do grupos dos assimilados nas colônias portuguesas que participaram de movimentos pan-africanistas no continente africano. O processo de assimilação praticado pelo estado colonial português tinha como objetivo operar tanto “(...) Uma passagem do não-ser ao ser cultural” (ANDRADE, 1958, p. 6-7), uma vez que os poderes coloniais não reconheciam os sujeitos colonizados como produtores de cultura; quanto um fenômeno socioeconômico, na medida em que a classe social dos assimilados fazia parte dos 0,3 por cento de toda a sociedade colonial em Angola, Guiné e Moçambique, tendo que consumir os bens fornecidos pela metrópole, pagar impostos, saber ler e escrever o português e prestar serviços militares obrigatórios (CABRAL, 1980, p. 22).

O acesso à cultura portuguesa, portanto, permitiu aos assimilados ocupar cargos na burocracia do estado colonial, bem como o acesso ao ensino superior em Portugal. Andrade cursou Letras clássicas em Lisboa e Cabral, Agronomia. Eles se conheceram entre os anos de 1948 e 1952, a partir da Casa dos Estudantes do Império, do Clube Marítimo e do Centro de Estudos Africanos, cuja sede localizava-se na Casa da Família Espírito Santo na Rua Actor Vale em Lisboa. O Centro de Estudos Africanos foi o lugar em que Andrade e Cabral na juventude refletiram sobre a noção de “reafricanização dos espíritos”, cujo objetivo era combater o processo de assimilação cultural empreendido pelo colonialismo português.

O aumento do contato dos assimilados portugueses com africanos de outras partes do continente e com diversas ideologias políticas de libertação do colonialismo, dentre as quais se insere a ideologia do pan-africanismo, fomentou o debate a cerca da questão da unidade para a libertação do continente africano nos mais diversos movimentos nacionalistas africanos do período.

Cabral foi um dos fundadores do PAI (Partido Africano da Independência) em 19 de setembro de 1956, depois PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), e Andrade foi o primeiro presidente do MPLA (1960-1962). As atividades de Andrade e de Cabral transcenderam a atuação em suas respectivas colônias de origem, tendo consciência da necessidade de promover a luta de libertação nacional nas colônias portuguesas e a unidade africana, sobretudo a partir das ações

¹ Mário Pinto de Andrade (1928-1989) nasceu no Golungo Alto, zona rural com cerca de 180 km de distância de Luanda.

² Amílcar Cabral (1924-1973) nasceu em Bafatá na Guiné Bissau. Ele fez seus estudos primários no Liceu de São Vicente nas Ilhas de Cabo Verde.

políticas no MAC, na FRAIN e na CONCP. Para Navarro (2018, p. 29), o desenvolvimento da pesquisa historiográfica sobre o pan-africanismo, tendo como eixo central a questão da unidade, permite a pesquisa de uma teoria do conhecimento a partir da análise dos conceitos, das estruturas lógicas, das estruturas argumentativas e dos desdobramentos históricos dos movimentos políticos.

Desse modo, nossa análise sobre o pan-africanismo de Andrade e de Cabral se estrutura em duas seções. Na primeira, analiso alguns eventos pan-africanistas da diáspora e do continente africano que Andrade e Cabral participaram, identificando as ideias principais debatidas nos eventos. Na segunda, analiso as reflexões de Andrade e de Cabral, tendo em vista a unidade africana no MAC, na FRAIN e na CONCP, que foram um dos principais desdobramentos históricos da concepção de unidade africana na luta de libertação das ex-colônias portuguesas.

A PARTICIPAÇÃO DE ANDRADE E DE CABRAL NOS EVENTOS PAN-AFRICANISTAS NA DIÁSPORA E NO CONTINENTE AFRICANO

A concepção de unidade africana foi pela primeira vez imaginada pelos Congressos pan-africanistas (1919, 1921, 1923, 1927 e 1945) liderados por Du Bois, cujo objetivo era promover a solidariedade entre africanos do continente e da diáspora em prol da luta contra o fim do colonialismo. Todavia, com a emergência da luta de libertação nacional no continente africano, cada vez mais os caminhos sobre a construção da unidade africana passaram a ser pensados pelos próprios africanos. Nesse sentido, é que temos a discussão sobre várias formas de unidade, por exemplo, unidade econômica de Mamadou Touré, a Unidade Político-cultural de Cheik Anta Diop, a unidade de ação de Sekou Touré, a Unidade Política Continental de Nkrumah e a unidade dos revolucionários (BENOT, 1969, p. 243-257).

Andrade e Cabral também vão participar das discussões sobre os caminhos da construção da unidade africana. Mário participou do I Congresso de Escritores e Artistas Negros (1956) em Paris, da I Conferência dos Escritores Afro-asiáticos (1958) em Tachkent, capital do Uzbequistão, do II Congresso Internacional de Escritores e Artistas Negros (1959), em Roma. Por sua vez, Cabral participou da II Conferência Pan-Africana dos Povos em Túnis (1960), da III Conferência dos Povos Africanos no Cairo (1961) e Conferência de Accra (1961). Eles dois participaram da II Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos em Conakry (1960), cuja delegação era

composta por Amílcar Cabral, Mário de Andrade, Hugo Menzes, Lúcio Lara, Marcelino dos Santos e Viriato da Cruz.

Andrade chegou a Paris em 1954 para trabalhar na Revista *Presença Africana*. Por isso, ele pode participar da organização do I Congresso Internacional de Escritores e Artistas Negros de 1956, que contou com a participação de Césaire e de Fanon. Césaire (2011, p. 254) no texto “Cultura e colonização” defendeu que a cultura estava ligada a ideia de nação, uma vez que a cultura é expressão dos anseios de um povo e Fanon (1980, p. 47-48) no texto “Racismo e Cultura” enfatizou que a luta contra o sistema colonial é uma luta cultural, total e absoluta, tendo como objetivo a libertação total do território nacional. A resolução final aprovada no Congresso salientou que o florescimento da cultura estava condicionado ao fim do colonialismo, da exploração dos povos oprimidos e do racismo. Nesse espírito de luta contra o colonialismo, formou-se o Movimento Anticolonialista que falaremos na próxima seção.

O II Congresso Internacional de Escritores e Artistas Negros realizado em 1959 contou com a presença de Mário de Andrade, Viriato da Cruz, Lúcio Lara e Marcelino dos Santos. Eles apresentaram a seguinte mensagem no Congresso: “Esperamos que a unidade dos povos da África Negra, tão desejável quanto possível, não encontre dificuldades nas barreiras levantadas pelo contínuo culto de africanos de curta memória aos seus antigos colonizadores” (Andrade *et. al.*, 1959, p. 3)³. A ideia de unidade defendida por Andrade e seus companheiros era percebida como um dos elementos necessários para o rompimento com a exploração contínua dos países recentemente independentes das antigas metrópoles. A resolução final do Congresso intitulada “Independência e Unidade” adotou as seguintes teses:

“1) a independência política e a libertação econômica são condições indispensáveis ao progresso cultural dos povos subdesenvolvidos em geral e dos países negro-africanos em particular; 2) Todos os esforços para o agrupamento de países ou de nações artificialmente divididos pelo imperialismo, toda a tomada de consciência duma solidariedade fundamental, toda a vontade de unidade são positivos, proveitosos ao reequilíbrio do mundo e à revitalização da cultura; 3) todo o esforço para a personificação e enriquecimento das culturas nacionais, como todo o esforço de enraizamento dos homens de cultura negros na sua própria civilização, constituem de facto, um progresso para a universalização dos valores e são uma contribuição para a civilização humana” (SANTOS, 1968, p. 216).

Importante salientar que a Independência e a Unidade não são antíteses uma da outra. Pelo contrário, a unidade africana era estratégia necessária para combater o

³ (...). Nous espérons que l'unité des peuples d'Afrique Noire, aussi souhaitable que possible, ne rencontre pas des difficultés dans les entraves levées par la dévotion active d'Africains de faible mémoire à leurs ex-colonisateurs.

imperialismo que impedia o pleno desenvolvimento cultural e econômico das nações do continente africano.

A I Conferência dos Escritores Afro-asiáticos (1958) ocorreu Tachkent, capital do Uzbequistão, participando do evento Andrade, Viriato da Cruz e Marcelino dos Santos. Este congresso foi muito marcante para Mário, pois Du Bois, um dos fundadores do pan-africanismo, participou do evento e comemorou seus 90 anos. Andrade publicou um artigo intitulado “L’esprit de tachkent” sob o pseudônimo de Ibn Majid, salientando que:

“(…) a escravidão, assim como o colonialismo, o imperialismo e o racismo - todas violências históricas sofrida pela África e pela Ásia - frustraram o desenvolvimento dessas grandes civilizações. Enfatizando os laços profundos que ligam as literaturas entre si e a luta dos povos, a conferência salientou que as obras mais importantes criadas nos países da Ásia e da África provêm da luta desses povos contra a dominação estrangeira e a opressão colonial. É por isso que a independência e a soberania dos povos, a destruição do colonialismo e do racismo são as condições para o desenvolvimento total da criação literária, na medida em que se pode entrar na alegria da criação literária apenas em liberdade” (ANDRADE, 1958, p. 3).⁴

A ideia de unidade e de solidariedade entre povos e nações para Andrade se expressa a partir da luta contra todas as formas de escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. A unidade, portanto, é um dos meios necessários para conseguir a libertação das nações em África, condição *sine qua non* para possibilitar o pleno desenvolvimento cultural e material das nações exploradas pelo imperialismo.

Andrade e Cabral no espírito da luta da solidariedade afro-asiática participaram também da II Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos em Conakry (1960). Essa Conferência aprovou uma resolução sobre Angola, exigindo a libertação dos prisioneiros políticos, como Ilídio Machado⁵, e expondo a necessidade de instituição de uma jornada de solidariedade afro-asiática para com os povos das colônias portuguesas.

A II Conferência dos Povos Africanos ocorreu em Túnis em 1960. Ela adotou medidas mais relacionadas ao processo de descolonização, contando com a participação de 180 delegados africanos de cerca de 30 países, dentre os quais Amílcar

⁴ Mais l’esclavage, ainsi que le colonialisme, l’imperialisme et le racisme – toutes violences historiques subies par L’Afrique et L’Asie – ont contrarié le développement de ces grandes civilisations. Soulignant les liens profonds qui rattachent les littératures entre elles et la lutte des peuples, la conférence a mis l’accent sur ce fait les oeuvres les plus marquantes créées dans les pays d’Asie et d’Afrique, sont issues de la lutte de ces peuples contre la domination étrangère et l’oppression coloniale. C’est pourquoi l’indépendance et la souveraineté des peuples, la destruction du colonialisme et du racisme sont les conditions d’un développement total de la création littéraire. Car l’on ne saurait s’adonner à la joie de la création littéraire que dans la liberté.

⁵ Um dos fundadores do partido MPLA e do Partido Comunista Angolano.

Cabral, Hugo Menezes, Lucio Lara e Viriato da Cruz. Essa Conferência fez um apelo contra o neocolonialismo, definiu que a Comunidade francesa e a Comunidade Econômica Europeia eram novas formas de imperialismo e determinou a criação de um Comitê para o apoio dos movimentos nacionalistas, dentre os quais se inserem aqueles das colônias portuguesas (ORGANIZATION INTERNATIONAL, 1962, p. 431).

A III Conferência dos Povos Africanos ocorreu no Cairo em Março de 1961. Cabral proferiu um discurso que analisou a conjuntura das independências dos países africanos ocorridas no ano de 1960. Seu discurso analisou as fraquezas da unidade africana que se expressaram, sobretudo na crise congoleza, que culminou com a morte de Lumumba, e nas lutas entre povos africanos que impediam a unidade nacional (CABRAL, 1961, p. 2). Cabral articula a ideia de unidade africana com a concepção de revolução africana nos seguintes termos:

“Para nós, revolução africana quer dizer: transformação da vida económica actual das sociedades africanas no sentido do progresso. Esta transformação exige como condição prévia a liquidação da dominação económica estrangeira, de que depende qualquer outra espécie de dominação. Reforçar os meios de acção, quer dizer: desenvolver os meios eficazes e criar outros na base do conhecimento da realidade concreta da África e de cada país africano, e do conteúdo universal das experiências adquiridas em outros meios e por outros povos (...). É preciso não esquecer que a revolução africana está ao serviço da paz e do progresso de toda a humanidade. Se os povos africanos chegarem a tomar em suas mãos, a explorar e a desenvolver racionalmente todas as riquezas materiais e humanas dos seus países, será uma contribuição decisiva para a paz mundial, para o desaparecimento total do imperialismo” (CABRAL, 1961, p. 4).⁶

Cabral proferiu um discurso na Conferência de Accra em Junho de 1961 na qualidade de secretário do PAIGC. Ele discutiu em seu texto os problemas inrentes ao neocolonialismo, advertindo que

A unidade - da nação, das forças nacionalistas, de ação e pela unidade africana, é a principal força que temos contra o neocolonialismo. A fraqueza econômica dos países africanos é nossa principal fraqueza diante do neocolonialismo, será apenas a unidade africana, construída sobre bases econômicas e políticas, que eliminará as chances de instalação desta nova forma de exploração de nossos povos. Para que isso se realize, será necessário que o povo de cada país consiga tornar-se os verdadeiros senhores do seu destino. Isso só é possível através da luta que toma em cada país uma forma exigida pelas condições concretas de desenvolvimento econômico e político (CABRAL, 1961, p.2-3).⁷

⁶ Maiores detalhes ver: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04602.014#14>.

⁷ L'unité – de la nation, des forces nationalistes, dans l'action et pour l'unité africaine – voilà la force principale dont nous pouvons disposer contre le néo-colonialisme. La faiblesse économique des pays africains étant notre faiblesse principale devant le néo-colonialisme, ce ne sera que l'unité africaine, bâtie sur des bases économiques et politiques, qui pourra éliminer les chances d'installation de cette nouvelle forme d'exploitation de nos peuples. Pour que cette condition soit valable, il faudra que dans chaque pays le peuple arrive à balayer tous le véritable maître de son destin. Cela n'est possible qu'à travers la lutte qui prendra dans chaque pays la forme exigée par les conditions concrètes du développement économiques

A unidade africana para Cabral é a principal forma de combater o neocolonialismo, que é a continuidade da exploração pelos colonizadores via subdesenvolvimento dos novos países. A base da unidade africana, portanto, para Cabral se funda na política e na economia, construindo-se paralelo com a formação da nação. Essa afirmação sugere que Cabral também não percebe a unidade africana como antítese da soberania nacional, pelo contrário, a unidade africana é um meio que permite ao povo tornar-se senhor da sua história e libertar-se do imperialismo.

A CONCEPÇÃO DE UNIDADE AFRICANA EM ANDRADE E CABRAL

A participação de Andrade e de Cabral nos eventos pan-africanistas analisados na seção anterior evidenciou a necessidade de promoção da unidade africana durante o processo de libertação nacional. Os movimentos políticos deveriam promover a cultura nacional, mas tendo em vista também o fomento da unidade africana para a libertação total do continente africano. Nesse sentido, os angolanos Lúcio Lara, Mário de Andrade e Viriato da Cruz, o guineense Amílcar Cabral, o são-tomense Guilherme do Espírito Santo e o moçambicano Marcelino dos Santos se reuniram em 1957 em Paris e formaram o Movimento Anticolonialista, adotando uma carta com cerca de 20 princípios e de 4 resoluções. A palavra unidade aparece duas vezes nos seguintes princípios:

“17. A unidade de todos os povos das colônias portuguesas da África é indispensável na luta contra o colonialismo português. 18. A unidade de todos os povos africanos é indispensável para a libertação da África do jugo colonial e imperialista, para a consolidação da liberdade e a soberania das nações africanas. Os povos das colônias portuguesas da África devem alcançar a sua libertação, unidos aos outros povos africanos, e visar a completa aniquilação do jugo imperialista na África” (MAC, 1957, p. 4).⁸

A concepção de unidade africana para Andrade e Cabral se fundamenta, portanto, a partir da luta contra o imperialismo e pela libertação nacional. O Manifesto do MAC foi publicado após a II CONCP em 1965, quando Cabral ressalta em discurso a importância desse documento histórico para a organização dos movimentos de

et politiques.

⁸ 17. L'unité de tous les peuples des colonies portugaises d'Afrique est indispensable dans la lutte contre le colonialisme portugais. 18. L'unité de tous les peuples africains est indispensable à la libération de l'Afrique du joug colonial et impérialiste, à la consolidation de la liberté et à la souveraineté des nations africaines. Les peuples des colonies portugaises d'Afrique doivent réaliser leur libération, unis avec les autres peuples africains, et avoir pour objectif l'anéantissement total du joug impérialiste em Afrique.

libertação nas colônias portuguesas, que circulou entre os militantes do MAC entre os anos de 1957 e 1959. O manifesto define o MAC da seguinte maneira:

O MAC é uma organização política clandestina, de luta anti-colonialista, de que fazem parte nativos de Cabo-Verde, Guiné, Angola, S.Tomé e Príncipe e Moçambique. Foi fundado pelo Partido Africano da Independência da Guiné dita portuguesa (PAI) e pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) que formam a estrutura basilar do MAC. O MAC está aberto a todas as organizações de massas e partidos políticos dos países Africanos sob dominação de Portugal e que lutam pela liquidação do colonialismo português. A acção fundamental do MAC consiste em suscitar, desenvolver e coordenar a unidade dos Africanos na luta contra o colonialismo português. O MAC tem por objetivo a conquista imediata da independência nacional dos países Africanos sob dominação colonial portuguesa e a liquidação total do colonialismo português em África. O MAC, em relação aos problemas fundamentais do presente e do futuro imediato dos povos das colônias portuguesas em África, declara adoptar sempre uma posição justa, de acordo com os interesses, a liberdade, a dignidade e o progresso desses povos (MOVIMENTO ANTI-COLONIAL, 1965, p. 17).

O MAC, portanto, tinha o objetivo de promover a unidade entre os diferentes movimentos políticos que o integravam na luta contra o colonialismo português. Os integrantes do MAC tiveram alguns problemas quando foram participar da Conferência dos Povos em Túnis (1960), na medida em que

Conta Eduardo dos Santos que as coisas em Tunis não correram bem. Em Paris, onde ele se encontrava na altura, veio um telefonema a pedir que Amílcar Cabral embarcasse sem demora para a capital tunisiana. Aos delegados do MAC colocava-se um dilema sério. Nos corredores, à margem dos trabalhos, as restantes delegações africanas não se cansavam de recomendar aos representantes daquele Movimento a conveniência de, no futuro, se apresentarem com uma formação nacional própria, à semelhança de Holden Roberto, igualmente ali presente com a UPA (PACHECO, 1997, p. 43).

A Conferência Pan-africana dos Povos em Túnis exigiu que os delegados que participassem deste fórum fossem representantes de movimentos políticos com formação nacional própria. Por isso, houve uma incompatibilidade do MAC com os princípios da Conferência de Túnis, que defendia que cada delegado fosse membro de movimento político respectivo a cada colônia portuguesa.

A dissolução do MAC ocorreu na própria Conferência, tendo que cada delegado futuramente vir representando um movimento ou um partido que lutasse pela independência nacional de seu povo. Contudo, o objetivo da unidade presente nas lideranças do MAC passou a se organizar na Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colônias Portuguesas (FRAIN), sendo uma união mais de estratégia e de tática na luta contra o colonialismo português do que um movimento político unitário como o MAC. Os membros da FRAIN assinam de acordo com seus respectivos

movimentos políticos nacionais, tendo como membros originários o PAI e o MPLA, utilizando de meios pacíficos e violentos, caso fosse obrigado pelo colonialismo português (FRAIN, 1960, p. 1).

Em 1961, reuniu-se a I Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas, em Casablanca, no Marrocos, reunindo o MPLA, o PAIGC, o UDENAMO e representantes de Goa, dissolvendo a FRAIN. Andrade tornou-se o primeiro presidente da CONCP, participando da elaboração da resolução geral da CONCP, propondo as seguintes teses no capítulo sobre a Unidade:

“PROCLAMA A UNIDADE DE AÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS NA LUTA POR TODOS OS MEIOS DA LIQUIDAÇÃO IMEDIATA DO COLONIALISMO PORTUGUÊS E DA LIBERAÇÃO DE QUALQUER FORMA DE OPRESSÃO; (...) CONFIRMA as declarações e resoluções aprovadas pelas Conferências dos Povos Africanos e da Solidariedade Afro-Asiática” (CONCP, 1961, p. 33).⁹

O conteúdo da Unidade para os membros da CONCP possui níveis distintos de articulação, uma vez que a unidade se manifestava tanto na solidariedade interafricana entre países independentes e nações em processo de independência nacional da África, quanto na relação do continente africano, que em nosso caso era na região do colonialismo português, com os povos asiáticos na luta contra as “quatro violências históricas” analisadas na seção anterior. Esse princípio de unidade já estava presente numa das quatro resoluções da carta adotada pelo MAC (1957, p. 5), quando se defende a necessidade de tomar medidas imediatas para a participação de integrantes do MAC na Conferência Afro-asiática do Cairo de 1957. O próprio Andrade participou de várias Conferências relacionadas à solidariedade afro-asiática e aos movimentos dos não-alinhados.

A II Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas se reuniu entre 3 e 8 de Outubro de 1965 na cidade de Dar-es-Salam. Cabral fez um discurso intitulado “A unidade política e moral - força principal da nossa luta comum”, representando a delegação do PAIGC. A análise de Cabral no texto define o significado geral da luta de libertação nacional:

Devemos estar conscientes, nós, os movimentos de libertação nacional integrados na CONCP, de que a nossa luta armada é apenas um aspecto da luta geral dos povos oprimidos pelo progresso. É neste âmbito que devemos

⁹ PROCLAME L’UNITÉ D’ACTION DES ORGANIZATIONS NATIONALISTES DANS LA LUTTE PAR TOUS LES MOYENS EN VUE DE LA LIQUIDATION IMMÉDIATE DU COLONIALISME PORTUGAIS ET DE LA LIBÉRATION DE TOUTE FORME D’OPPRESSION; (...) CONFIRME les déclarations et résolutions adoptées par les Conférences des Peuples Africains et de la Solidarité Afro-Asiatique.

ser capazes de integrar a nossa luta. Devemos considerar-nos como soldados, muitas vezes anónimos, mas soldados da humanidade nesta vasta frente de luta que é a África dos nossos dias. Nós, da CONCP, batemo-nos em África pela dignidade do homem, pelo progresso do homem, pela felicidade do homem. É exactamente nesse âmbito que devemos ter a coragem, tanto durante esta conferência como noutra sítio qualquer, de proclamar em voz alta, as nossas opções fundamentais, as nossas opções a favor da humanidade. Por outro lado, devemos saber definir claramente a nossa posição em relação ao nosso povo, em relação à África e em relação ao mundo (CABRAL, 1977, p. 167).

A luta de libertação nacional, portanto, integra-se nestes três níveis mencionados: Povo, África e o Mundo. Em relação ao nível do povo,

Nós, da CONCP, queremos que nos nossos países martirizados durante séculos, humilhados, insultados, que nos nossos países nunca possa reinar o insulto, e que nunca mais os nossos povos sejam explorados, não só pelos imperialistas, não só pelos Europeus, não só pelas pessoas de pele branca, porque não confundimos a exploração ou os factores de exploração com a cor da pele dos homens; não queremos mais a exploração no nosso país, mesma feita por Negros. (...). Queremos dizer-vos que em relação à África, nós da CONCP, estamos confiantes nos destinos da África. Temos na própria África exemplos a seguir, e temos igualmente em África exemplos a não seguir. A África é, pois, hoje, rica de exemplos, e se nós, amanhã, traírmos os interesses dos nossos povos, não será porque não o soubéssemos, será porque quisemos trair e não teremos então qualquer desculpa. Em África, somos pela libertação total do continente africano do jugo colonial, porque sabemos que o colonialismo é um instrumento do imperialismo. Queremos, pois, ver varrida totalmente do solo de África todas as manifestações do imperialismo, estamos na CONCP inflexivelmente contra o neocolonialismo, seja qual for à forma que ele tomar. A nossa luta não é apenas contra o colonialismo português; queremos, no âmbito da nossa luta, contribuir da forma mais eficaz para expulsar para sempre do nosso continente a dominação estrangeira (CABRAL, 1977, p. 167).

O objetivo da luta de libertação nacional compreende a luta dos povos africanos contra a exploração perpetrada tanto por brancos quanto por negros, contra o etnocentrismo europeu, contra o imperialismo e contra o neocolonialismo. A consecução desses objetivos possui elementos dinamizadores, como a Unidade Africana. Desse modo,

Em África, batemo-nos pela unidade africana, mas pela unidade africana a favor dos povos africanos. Consideramo-nos que a unidade é um meio e não um fim. A unidade pode reforçar, pode acelerar a realização dos fins, mas não devemos trair o objetivo em vista. É por isso mesmo que não estamos muito apressados em reclamar a unidade africana. Sabemos que ela surgirá passo a passo, como um resultado dos esforços fecundos dos povos africanos. Surgirá ao serviço da África, ao serviço da humanidade. Estamos convencidos, absolutamente convencidos, na CONCP, que a valorização, em conjunto, das riquezas do nosso continente, contribuirá para criar um espaço humano rico, consideravelmente rico, que por seu lado contribuirá para enriquecer ainda mais a humanidade. Mas não queremos que o sonho deste fim possa trair nas suas realizações os interesses de cada povo africano. (CABRAL, 1977, p. 167).

A unidade africana é processo que sedimenta a ligação entre povos africanos e mundo, uma vez que luta contra todas as formas de exploração, sobretudo a luta contra o imperialismo. Essa unidade se constrói quando os interesses legítimos dos povos africanos são colocados acima de projetos pessoais dos novos líderes e de interesses estranhos aos anseios populares. Percebe-se que a unidade africana para Cabral é processo lento e complexo, na medida em que se torna também parte da unidade nacional, empreendida nos movimentos de libertação. A unidade africana também articula-se com eixo mundo,

Somos em África, a favor de uma política africana que procure defender em primeiro lugar os interesses dos povos africanos, de cada país africano, mas a favor também de uma política que não esqueça em momento algum os interesses do mundo, de toda a humanidade. Somos a favor de uma política de paz em África e de colaboração fraternal com todos os povos do mundo. No plano internacional, defendemos na Concp, uma política de não-alinhamento. É esta política que melhor convém aos interesses dos nossos povos na etapa atual da nossa história. Mas, para nós, não-alinhamento não quer dizer voltar às costas aos problemas fundamentais da humanidade, à justiça. Não-alinhamento, para nós, é não nos comprometermos com blocos, não alinharmos nas decisões dos outros. Nós, reservamo-nos o direito de decidir nós mesmos e se por acaso, as nossas opções, as nossas decisões coincidem com as dos outros, a culpa não é nossa (CABRAL, 1977, p. 168).

A política do não-alinhamento em África está relacionada com a emergência do movimento terceiro mundista internacional presentes nas formações do grupo asiático-africano na ONU, na Conferência de Bandung de 1955 e na Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos de 1957 (EDMONDSON, 2010, p. 1014).

A política do não-alinhamento também está presente na Carta da OUA, quando ela defende o princípio da “política independente e da coexistência pacífica”. Cabral também considera importante o não-alinhamento para as colônias portuguesas e para o continente africano, na medida em que a libertação deve ser pautada no interesse dos povos africanos. Cabral e Andrade também produziram texto em conjunto “África e a luta de libertação nacional nas colônias portuguesas”, apresentado na II CONCP, fazendo as seguintes considerações sobre o continente africano:

Alguns estados africanos, geralmente considerados como a vanguarda do continente, perceberam que o fato de acentuar as contradições internas existentes na África, as contradições nas opções políticas, os modos de desenvolvimento e as diversidades dos regimes constituíam-se, na realidade, uma arma a serviço dos imperialistas que, ao explorá-la, pretendiam perpetuar a balcanização do continente. Por outro lado, a evolução vertical deste ou daquele Estado, tomada isoladamente, estava apenas consagrando seu isolamento. A divisão poderia assim encorajar os países africanos a procurarem fora das forças de apoio para o seu desenvolvimento (ANDRADE e CABRAL, 1966, p. 46).¹⁰

¹⁰ Certains Etats africains, généralement considérés comme l'avant-garde du continent, s'aperçurent que

A ausência de unidade de ação entre estados africanos recém-independentes para a promoção do desenvolvimento humano e material é o ponto chave para a resolução das contradições criadas pelo colonialismo em África. Ambos entendem que o isolamento de cada país ou a “evolução vertical” pode levar ao compromisso com interesses imperialistas. Prosseguindo,

A atual conjuntura é, portanto, o resultado de um desenvolvimento progressivo de três fases: a primeira, caracterizada pelo triunfo da pré-condição da independência; o segundo pela busca de um conteúdo real para uma certa independência, através de uma reivindicação de liberdade econômica; e a terceira extensão da segunda, levando a esse equilíbrio da coexistência de razões de Estado, no contexto da Unidade Africana, e em paralelo, a afirmação de uma personalidade própria na África, liberada do dilema de uma escolha entre os blocos formados pelas grandes potências. Outro elemento da conjuntura africana é representado pelos acordos regionais baseados em cooperação econômica, ou por agrupamentos comandados por uma herança comum da era colonial. Estes acordos e agrupamentos não assumem necessariamente uma personalidade política, implicando em alguns casos uma coexistência de regimes frágeis por natureza. Atualmente, esta fragilidade é posta à prova pela manipulação de intervenções estrangeiras, especialmente no "caso congolês". (...). As reações constatadas diante da brutalidade da operação de Stanleyville e suas extensões que agora constituem a "questão congolês" mostram a fragilidade da solidariedade inter-africana. Portanto, o problema fundamental permanece: as contradições inerentes à natureza do poder político dos estados (ANDRADE e CABRAL, 1966, p. 46-47).¹¹

Essas três fases são importantes para a consolidação dos estados africanos e, por conseguinte, da natureza do poder político desses novos entes em formação. Para Andrade e Cabral, o poder político em África deve levar em consideração a construção da “solidariedade inter-africana”, para uma efetiva libertação do colonialismo. Assim,

A OUA teoricamente assume um papel instrumental na liquidação dos

le fait d'accentuer les contradictions internes existantes en Afrique, contradictions sur les options politiques, les voies de développement et les diversités des régimes, constituait en réalité une arme au service des impérialistes qui, en l'exploitant, prétendaient perpétuer la balkanisation du continent. D'un autre côté, l'évolution verticale de tel ou tel Etat, pris individuellement, ne faisait que consacrer son isolement. La division ne pouvait ainsi qu'inciter les pays africains à chercher à l'extérieur les forces d'appui à leur développement.

¹¹ La conjuncture actuelle est donc le résultat d'un développement progressif de trois phases: la première, caractérisée par le triomphe du préalable de l'indépendance; la seconde par la recherche d'un contenu véritable pour cette indépendance, à travers une revendication de liberté économique; et la troisième, prolongement de la seconde, conduisant à cet équilibre de la coexistence des raisons d'Etat, dans le cadre de l'unité africaine, et parallèlement, l'affirmation d'une personnalité propre à L'Afrique, libérée du dilemme d'un choix entre les blocs formes par les grandes puissances. Un autre élément de la conjuncture africaine est représenté par les accords régionaux bases sur la coopération économique, ou par les regroupements commandés par un héritage commun de l'époque coloniale. Ces accords et ces regroupements ne recouvrent pas nécessairement une identités des options politiques, impliquant dans certaines cas une coexistence des régimes, fragile par nature. A l'heure actuelle, cette fragilité est mise à l'épreuve par les manipulations des interventions étrangères, en particulier dans << l'affaire congolaise>>. [...]. Les réactions enregistrées devant la brutalité de l'operation de Stanleyville et de ses prolongements qui constituent aujourd'hui la <<question congolaise>> montrent la fragilité de la solidarité interafricaine. Le problème fondamental demeure: à savoir, les contradictions inhérentes à la nature du pouvoir politique des Etats.

obstáculos que ainda estão no caminho dos povos para a sua libertação total. É assim que os defensores mais fervorosos da unidade africana, que são ao mesmo tempo os líderes de experiências sociais geralmente considerados os mais progressistas da África, o vêem (ANDRADE e CABRAL, 1966, p. 49).¹²

Em suma, a “libertação total” envolve uma reflexão acerca da “natureza do poder político”, não apenas das colônias portuguesas, mas dos novos estados africanos. Isso leva a necessidade da elaboração de novos instrumentos de ações onde os próprios estados emergentes africanos pudessem construir opções de desenvolvimento livre de imperialismos. Em suma, a concepção de unidade tanto para Andrade quanto para Cabral é parte do processo de libertação total dos povos africanos do imperialismo.

CONCLUSÃO

Os congressos pan-africanistas analisados anteriormente foram de suma importância para a reflexão de Andrade e de Cabral sobre como a Unidade africana se constitui na luta de libertação nacional. Os Congressos pan-africanistas que Andrade participou puseram em evidência as relações entre Unidade e Cultura, uma vez que o desenvolvimento cultural ou a “revitalização” das culturas nacionais está associada a formação da Unidade africana na luta contra o escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. Nos congressos pan-africanistas que Cabral participou, a concepção de Unidade africana foi articulada com a ideia de revolução africana, quando os povos da África libertarem as riquezas materiais e humanas de seus países do imperialismo.

O conteúdo da Unidade africana para Andrade e para Cabral, defendido no MAC, na FRAIN e na CONCP, se fundamentou na defesa dos princípios das Conferências dos Povos Africanos e da Solidariedade Afro-Asiática, que não era consenso entre as lideranças políticas pan-africanistas, uma vez que havia líderes políticos, como Nkrumah, que pensavam que a unidade ou solidariedade deveria se limitar apenas a África. A segunda característica importante defendida por Andrade e Cabral é que a Unidade africana não pode se restringir as cooperações econômicas, mas deve se firmar enquanto personalidade política presente nas razões de estados emergentes em África. Em suma, a Unidade Africana para Andrade e Cabral faz parte

¹² L’OUA revêt théoriquement un caractère instrumental de liquidation des obstacles qui sont encore sur le chemin des peuples pour leur libération totale. C’est ainsi que l’entendent les plus fervents défenseurs de l’unité africaine, qui sont en même temps les dirigeants des expériences sociales généralement considérées comme les plus progressistes de l’Afrique.

do processo de desenvolvimento cultural e revolucionário do continente africano, sendo processo político constituinte das razões de estados emergentes. Neste sentido, para Andrade e Cabral, a unidade africana se impõe como necessidade da própria sobrevivência dos estados africanos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário Pinto de. **Cultura Negro-Africano e Assimilação**. Lisboa: Fundação Mário Soares, 1958. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04306.002.002#!1>>. Acesso em: 25 Abril 2019.

ANDRADE, Mario Pinto de; CRUZ, Viriato da; LARA, Lúcio. **Message**. Lisboa: Fundação Mário Soares, 1959. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04334.001.004#!1>>. Acesso em: 25 Abril 2019.

ANDRADE, Mario Pinto de; CABRAL, Amílcar. **L' Afrique et la Lutte de Libération Nationale dans les Colonies Portugaises**. Lisboa: Fundação Mário Soares, 1966. Disponível em: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04330.008.012>>. Acesso em: 25 Abril 2019.

BENOT, Yves. **Ideologias das Independências Africanas**. Lisboa: Sá da Costa, 1981. v. 1.

CABRAL, Amílcar. **Discurso proferido pelo delegado da Guiné "Portuguesa" e das Ilhas de Cabo Verde, Amílcar Cabral (Abel Djassi), Secretário Geral do PAI, na III Conferência dos Povos Africanos, no Cairo**. Lisboa: Fundação Mário Soares, 1961. Disponível em : <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04602.014#!1>>. Acesso em: 25 Abril 2019.

CABRAL, Amílcar. **Discurso proferido por Amílcar Cabral na Conferência de Accra**. Lisboa: Fundação Mário Soares, 1961. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04602.018#!2>>. Acesso em: 25 Abril 2019.

_____. **A prática revolucionária: Unidade e Luta II**. Lisboa: Seara Nova, 1977

CABRAL, Amílcar. **Unity and Struggle: speeches and writings**. Londres: Heinemann, 1980

CÉSAIRE, Aimé. Cultura e colonização. In: SANCHES, Manuela Ribeiro. (org.). **Malhas que impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2011.

CONFÉRENCE des organisations nationalistes des colonies portugaises. Lisboa: Fundação Mário Soares, 1961. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04357.009.001#!1>>. Acesso em: 25 Abril 2019.

EDMONDSON , Locksley. A África e as regiões em vias de Desenvolvimento. In: MAZRUI, Ali. A.; WONDJI, Christophe. **História geral da África: África desde 1935**. Brasília: Unesco, v. VIII, 2010. Cap. 28, p. 1003-1051.

FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

FRENTE REVOLUCIONÁRIA AFRICANA PARA A INDEPENDÊNCIA DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS. **Carta da FRAIN**. Lisboa: Fundação Mário Soares, 1960. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04334.004.004>>. Acesso em: 25 Abril 2019.

Majid, Ibn. [Mário Pinto de Andrade]. **L'esprit de tachkent**. Lisboa: Fundação Mário Soares, 1959. Disponível em :

<<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04330.008.017#!3>>. Acesso em: 25 Abril 2019.

MOVIMENTO ANTI-COLONIAL. **Réunion consultative et d'étude pour le développement de la lutte contre le colonialisme portugais**. Lisboa: Fundação Mário Soares, 1957. Disponível em:

<<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04337.005.013#!4>>. Acesso em: 14 Abril 2019.

MOVIMENTO ANTI-COLONIAL. **Manifesto do Movimento Anti-colonial**. Lisboa: Fundação Mário Soares, 1965. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04357.001.001>>. Acesso em: 14 Abril 2019.

Navarro Alvarado, Guillermo Antonio. **África deve-se unir**: a formação da teórica da unidade e a imaginação da África nos marcos epistêmicos pan-negristas e pan-africanos (séculos XVIII – XX). Tese Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

OLORUNTIMEHIN, B. Olatunji. A política e o nacionalismo africano, 1919-1935. In: BOAHEN, A. A. **História Geral da África**: A África sob dominação colonial, 1880-1935. 2ª. ed. Brasília: Unesco, v. VII, 2010. Cap. 22, p. 657-674.

ORGANISATION INTERNATIONALE DE LA FRANCOPHONIE. **Le mouvement panafricaniste au XX siècle**. Francophonie: [s.n.], 2013. Disponível em: <<https://www.francophonie.org/IMG/pdf/oif-le-mouvement-panafricaniste-au-xxe-s.pdf>>. Acesso em: 14 Abril 2019.

PACHECO, Carlos. **MPLA**: um nascimento polémico (as falsificações da história). Lisboa: Editora Vega, 1997.

SANTOS, Eduardo dos. **Pan-africanismo de ontem e de hoje**. Lisboa: Edição do autor, 1968.